

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE SETEMBRO DE 1995

*Senhores Ministros; Senhores Líderes, Deputados, Senadores; Senhores Técnicos e altos funcionários; Senhores da Imprensa,*

Teremos hoje a oportunidade de fazer uma exposição sobre o chamado Plano Plurianual, de 1996 a 1999. O Ministro José Serra fará a exposição, porque esta matéria está afeta ao Ministério do Planejamento. Na verdade, nós estamos consubstanciando, nessa programação plurianual, metas que havíamos apresentado ao País durante a campanha eleitoral. Agora, com a ampliação da base política do Governo, nós incorporamos as reivindicações dos vários setores, não só dos partidos, mas da sociedade. Foi possível discutir em maior profundidade, nesses meses, sobre quais eram, realmente, os projetos que o Brasil estava disposto a assumir como programas nacionais seus, como metas a serem atingidas.

Eu queria apenas, nesta introdução, chamar a atenção para o fato de que, por circunstâncias várias da vida brasileira, umas políticas, outras econômicas, pouco a pouco nós fomos perdendo o sentido dos grandes objetivos do País.

O que é que nós queremos para o País? Quais são os nossos propósitos? Qual é o horizonte de crescimento econômico, de investimento, de rumo do País?

Agora estamos em uma outra fase da nossa História, na qual mais uma vez será possível mostrar quais são os rumos, balizar o caminho e mostrar o modo pelo qual o Governo pretende atuar para que esses objetivos venham a ser atingidos nos próximos anos.

É claro que o Plano Plurianual ultrapassa o mandato do atual Governo, mas o País não pode viver simplesmente em função de programas administrativos de cada governo. Alguns objetivos, pela sua importância, pela sua transcendência são de mais longo prazo. Hoje estamos apresentando esses objetivos de mais longo prazo. E também é preciso que se esclareça o modo como pretendemos alcançá-los.

O Ministro José Serra vai fazer uma exposição mais detalhada, mas eu não quero deixar de assinalar, pelo menos nas grandes linhas, qual é a nossa concepção, quais são os nossos propósitos nessa matéria.

O Plano Plurianual que está sendo enviado ao Congresso naturalmente define também os projetos que estão nele considerados e as fontes de financiamento, as fontes privadas, as fontes oficiais, as fontes de financiamento internacional, de tal maneira que nós possamos ter um horizonte senão ainda baseado em realidades, pelo menos em perspectivas palpáveis de obtenção dos recursos para que essas metas venham a ser alcançadas.

E os senhores sabem que estamos empenhados, por um lado, na manutenção da meta de estabilização econômica, do controle da inflação. Isso é fundamental e hoje é consensual no Brasil. Mesmo as pessoas que no início do programa de estabilização fizeram um diagnóstico errado, imaginando que estaríamos simplesmente fazendo um programa de muito curto fôlego, que traria recessão, desemprego e concentração de renda, já perceberam que não foi assim, que o nosso programa de estabilização produziu a maior distribuição de renda já havida na história do Brasil. Na verdade, o Plano Real implicou a continuidade do crescimento econômico. Com uma ressalva. Qual é a ressalva? A de que nós não podemos incentivar

formas de crescimento econômico que criem mais adiante dificuldades insuperáveis.

Nós aprendemos com a História. Um programa bem lançado como o Cruzado não pôde seguir adiante da mesma forma porque, no momento oportuno, não foram tomadas as medidas de contenção de gastos. E não se teve condições para evitar que houvesse, depois, um superaquecimento da demanda e que houvesse, também, a continuidade do desequilíbrio fiscal.

Nós aprendemos, não estamos fazendo isso. Não há desequilíbrio fiscal, pelo menos sob a ótica da execução dos orçamentos. Devo dizer, até, que nos seis primeiros meses do Governo nós tivemos um superávit 17% superior ao superávit ocorrido o ano passado, no mesmo período.

Então, o Governo continua com uma política de contenção de gasto público. De vez em quando vejo informações de que estaria havendo descontrole. Não é certo. Nós continuamos controlando o gasto público. Mas não é só isso. Nós tivemos que tomar medidas de curto prazo de contenção da demanda. Tomamos, sabendo que elas provocam desgaste político. Mas eu tenho dito tantas vezes que não estou aqui para ser aplaudido toda hora: estou aqui para fazer o que é necessário ser feito para o bem do Brasil. E, muitas vezes, o que é necessário ser feito custa contenção, custa, portanto, desagradar setores, custa certos sacrifícios, e nós os enfrentamos, porque senão nós teríamos, dentro de curto prazo, a impossibilidade da manutenção da meta fundamental, que é a da estabilização.

Hoje, acho que o Brasil inteiro percebe que a equipe econômica está pilotando esse processo, ajustando-se às circunstâncias. Se há um problema cambial, resolve-se o cambial. Se há um problema de aquecimento da demanda, resolve-se o aquecimento da demanda. Se há um problema da falta de crédito, juros altos, começa-se a resolver esse problema. Enfim, pilotando. Todo o conjunto de propostas apresentadas no Plano Plurianual está partindo do pressuposto de que nós vamos manter a estabilização, quer dizer, a economia crescendo com a inflação controlada. Portanto, não estamos propondo metas de crescimento simplesmente para entusiasmar

pelo seu valor numérico. Estamos seguindo um crescimento de 4,5 a 5%, ao ano, de modo continuado.

Ou seja, estamos saindo da perspectiva ilusória de “crescer 10%, 12% para depois entrar em processo de recessão”, que desorganiza tudo, e o crescimento é paralisado não sei por quanto tempo; depois cresce de novo. Isso não é bom. Nós estamos querendo manter um patamar sustentado e sustentável de crescimento econômico.

Há, portanto, esta hipótese de crescimento sustentável por trás de tudo que está sendo apresentado: a hipótese de contenção da inflação e de um crescimento continuado, em taxas capazes de serem absorvidas pelo País, em termos tanto da possibilidade de investimento quanto do peso que isso significará para a balança comercial, etc., etc.

Estamos imaginando, portanto, também, o aumento necessário da poupança interna. Essa poupança já cresceu razoavelmente: nós já estamos atingindo mais de 18% do PIB este ano. Há cinco anos, poupávamos 13% do PIB, que era inaceitável. Não estamos fazendo nenhuma hipótese de um crescimento desabalado também da poupança para voltar ao nível de 25%, 26%. Estamos imaginando um aumento da poupança, mas dentro de bases razoáveis. Não é que sejam tímidas essas hipóteses, é que são realistas, e às vezes se confunde realismo com timidez e se fica pedindo que o Governo tenha a hipocrisia de propor metas inatingíveis. Nós não queremos isso, nós apresentamos um projeto realista.

Além disso, temos alguns objetivos bastante conhecidos e claros. Temos que reformar o aparelho de Estado para poder chegar à realização das metas, na forma como nós as estamos propondo. Não vou falar sobre isso – que os líderes aqui conhecem, o País sabe das emendas constitucionais que nós enviamos ao Congresso –, sobre o porquê da necessidade da reforma tributária, da reforma administrativa, do equilíbrio das contas públicas em forma estável. Eu disse que o Governo não está incorrendo em déficit há muitos anos, mas não está também tendo condições de fazer uma administração capaz de atender às necessidades reais da população, nem na saúde, nem na educação, nem mesmo em termos do investimento público.

Não vou entrar em detalhes, mas acredito que é muito importante entender que estamos reformando o Estado brasileiro. Isso não quer dizer, apenas, que é muito importante enviar os projetos de emenda constitucional, mas quer dizer que, na concepção de cada um dos programas do Governo, nós estamos mudando o modo de gestão e o relacionamento da União com os estados, com os municípios e a vinculação da Administração com a sociedade. E já darei alguns exemplos.

Essa é outra das metas presentes neste Plano. E há mais duas metas que eu quero salientar. Uma é física, ou melhor, tem uma tradução física, são investimentos concretos. Outra tem a tradução na melhoria das condições sociais, da distribuição de renda e do novo equilíbrio regional.

Então, vejamos: é preciso manter a estabilização econômica, propor metas compatíveis com isso; a estrutura do Estado, por outro lado, tem que mudar – e as metas propostas são compatíveis com isso; definimos programas de investimento nas áreas que têm uma tradução física e dos programas de ação e de investimento nas áreas sociais.

No que diz respeito ao modo como estamos concebendo a transformação do Brasil do ponto de vista do investimento nas áreas físicas, eu diria que nós estamos apresentando uma concepção nova. Qual é a concepção nova? Estamos substituindo a idéia de “pólos de desenvolvimento” pela idéia de “eixos de desenvolvimento”. Pode parecer uma coisa simples de dizer, mas por trás disso há toda uma concepção diferente do processo de desenvolvimento.

Quando eu estudava teoria de desenvolvimento, ou quando escrevia sobre ela, havia uma idéia do professor François Perroux que era a idéia dos pólos de desenvolvimento, idéia básica. E há muitas teorias, como a Teoria do Primeiro Impulso, para explicar como se faz uma economia estagnada começar a avançar.

Bom, não vou entrar em detalhes teóricos aqui, mas nós todos queremos criar pólos de desenvolvimento.

A concepção moderna é outra hoje. É a de criar “eixos de desenvolvimento” que multipliquem o seu efeito – perdão pela palavra – sinérgico. Eu li uma entrevista do Raphael de Almeida Magalhães, utilizando a explicação do Eliezer Batista sobre o que é sinergia: é quando dois e

dois não são quatro, mas cinco. Ou seja: quando se produz uma série de ações cujas conseqüências são maiores do que a soma das partes.

Tudo isso tem que ser, hoje em dia, embasado numa concepção muito firme do desenvolvimento auto-sustentado, não só na acepção econômica, como eu disse no início, mas também nas questões do meio ambiente e das conseqüências sociais.

Todos os projetos têm que passar por esse crivo: que efeito eles têm sobre o meio ambiente? Que efeito eles têm para o social? Aumentam o emprego? Distribuem melhor a renda? Diminuem a desigualdade regional? Então, é bom.

Bem, essa visão de “eixo” significa que nós temos que fazer uma série de investimentos em projetos distintos ao redor de um mesmo – para usar uma palavra mais simples – corredor. Por exemplo: eu tenho que juntar meio de transporte, energia elétrica, ou energia em geral, telecomunicações, etc. num eixo físico.

Em uma apresentação mais detalhada, o Ministro Serra mostrará que nós dividimos o Brasil, ou melhor, a nossa ação projetada em termos de sete grandes eixos desse tipo, que seriam corredores que, sinergicamente, produzirão uma série cumulativa e sucessiva de efeitos favoráveis ao desenvolvimento.

O Ministro dará os detalhes, mas, ali naquele mapa, de alguma forma, nós já temos a idéia do que estamos fazendo, em termos de hidrovias, de ferrovia, de rodovia. E, depois, há outros mapas que os Senhores receberam para ver também como os investimentos na área de energia contribuem para alavancar essas possibilidades. Como se vê, estamos interligando o País o quanto possível, tanto em termos de energia, quanto em termos de meios de comunicação, nesses vários eixos. O Ministro descreverá cada um desses eixos, mostrará como se compõem e recordará que tivemos sempre presente o alerta do Ministro Cícero de Lucena, de que é assim que se integra a questão regional na nacional.

Esses eixos são pensados de modo a dar impulso na ação do Governo, mas se distribuem harmonicamente pelo Brasil, de tal maneira que possamos realmente mudar qualitativamente o conjunto da população, e não apenas o Centro-Sul.

Isto só pode ser feito com o apoio da iniciativa privada. Quando eu disse, aqui, que estamos mudando a estrutura do Estado, nós temos em vista, por um lado, essa questão.

A maior parte desses investimentos – o Ministro Serra dará os números – são números bastante expressivos; e, quanto ao volume de investimentos nesses próximos anos, chegam a quase 900 bilhões de reais. Isso só pode ser feito se houver a cooperação ativa do setor privado, sob a forma de concessão do serviço público – seja em estrada, seja em energia elétrica, seja em portos –, sob a forma de investimento autônomo direto do setor privado, sob a forma de *joint ventures*, sob diversas formas. É um novo Estado, que requer um outro tipo de estruturação. Nós estamos cuidando dela, como sabe o Ministro Brito.

No caso, por exemplo, de energia, nós temos que refazer os organismos do Estado que cuidam da política de tarifas, da política de concessões, da política de distribuição, por exemplo, no Sintrel, na questão de energia elétrica e assim por diante. E o mesmo vale para a telefonia, o mesmo vale para todos os setores. É outro Estado, não o Estado que vai investir diretamente – poderá até fazê-lo, mas não é principalmente isso que conta. É o Estado que vai cuidar do consumidor, que vai cuidar do patrimônio público, do interesse de multiplicação dos efeitos da ação do Estado, que vai ter uma política equilibradora em termos de suscitar o desenvolvimento privado nas diversas regiões do País; que vai controlar as tarifas e assim por diante.

Finalmente, além desse conjunto de obras que serão aqui apresentadas, eu queria chamar a atenção para a área social.

A área social é, também, o emprego que a economia gera, é a renda que ela gera, mas é, sobretudo, uma preocupação definida com certos programas. E aqui não se trata de inventar algo que chame a atenção: trata-se de dar consequência e eficiência aos programas que têm que ser feitos.

Aqui está presente o Ministro Jatene. Na área da saúde, por exemplo, nós estamos fazendo um grande esforço desde já, duplo. Primeiro, o de, sem recursos, financiar a saúde. Nós dobramos o financiamento da saúde nos últimos três anos. As metas que eu queria atingir, como candidato, na

distribuição *per capita* de recursos, vão ser superadas de longe pelo Ministro Jatene. Já começaram a ser superadas. Nós estamos fazendo um grande esforço em termos de recursos, e o Congresso sabe que ainda assim é insuficiente e que estamos precisando de mais recursos.

Agora, recursos para quê? Não é só para a medicina curativa, é para a preventiva. E, nessa área, temos programas bem claros. O nosso propósito é reduzir a mortalidade infantil pela metade. Não é isso, Ministro? Isso implica programas muito claros, que dizem respeito, primeiro, aos agentes comunitários de saúde, ao médico de família, à questão das endemias, que têm de ser combatidas com mais vigor. E nós temos experiência e êxito em muitas dessas matérias.

Isso implica, também, que tenhamos um programa de saneamento básico adequado – para poder reduzir a mortalidade infantil – de nutrição, de atenção à saúde da mulher, da mãe e da criança. Um conjunto de medidas.

Bem, idem para a educação. No sábado passado, todos os Governadores – com exceção de dois que se fizeram representar, e até me pediram que mudasse a data porque queriam estar presentes –, todos os Governadores estiveram aqui, e apresentamos um programa sobre o ensino básico que terá efeitos grandes, aumentando o atendimento ao professor, valorizando o professor, incluindo a questão do salário. Mas não é só isso. Há uma série de programas, como o da TV Escola, que vai funcionar 24 horas por dia: 45 mil escolas estão recebendo, este ano, aparelhos de televisão e antenas de televisão, para treinar os professores. Enfim, há um conjunto de programas, na educação, com o mesmo propósito.

Bom, o Programa Comunidade Solidária – está aqui a Dona Anna Peliano – não é um programa específico, ele não tem dinheiro para distribuir a ninguém, ele agiliza os programas do Governo, é uma espécie de controlador do desempenho dos programas sociais do Governo e de vinculação entre a área econômica e a realização desses programas, como uma espécie de chamada permanente de atenção para a consecução das metas. E isso implica – tanto a saúde, quanto a educação, quanto o Comunidade Solidária – mudança na função do Estado, o que é muito importante. Nós estamos realmente descentralizando.

Fechamos dois Ministérios, que eram dois grandes guichês: Bem-Estar Social e Integração Regional.

Perdemos poder no Governo central porque quisemos, porque o Brasil quis, porque nós não queremos ter esse tipo de poder que avassala, que leva a dar favores, a fazer clientelismo e mais adiante, à corrupção. Estamos descentralizando. Estamos implementando o SUS e passando recursos aos estados e municípios.

Com a escola nós vamos fazer a mesma coisa, vamos passar recursos aos municípios e aos Estados mais pobres. O grande beneficiário vai ser o Nordeste, pelos cálculos que nós fizemos, porque aí tem concentração de problemas na escola primária.

Há reações, é claro, pois há interesses organizados ao redor do Estado centralizador e capaz de dar favores. Segundo, porque o novo Estado também custa tempo para se refazer, e a paralisação, como houve em certas áreas sociais, provoca uma gritaria, como se o Governo não quisesse o atendimento social. Não. O Governo quer, mas quer um outro tipo de atendimento social, baseado em outros critérios, em outros valores, redesenhando, portanto, o Estado, não só em termos de relação com os municípios e com os estados da Federação, mas também criando mecanismos pelos quais a própria sociedade interfere no controle dessas decisões.

Não é só no SUS. Nós refizemos, por exemplo, o Programa de Habitação, que estava paralisado há anos, e agora a Caixa Econômica, que também está sendo refeita, está tendo condições de lançar programas de habitação. Não são programas para serem objeto de barganha política em Brasília: são programas para serem feitos através do controle da própria comunidade e através da vinculação de governadores e prefeitos.

Há problemas? Há muitos. Alguns vão dizer: “Bom, mas o Governo está privilegiando esse e aquele governador.” Não está privilegiando ninguém: estamos criando critérios objetivos, que vão ser consensuais, precisam ser, a comunidade olhando para eles; e vão beneficiar todos. Os partidos e os parlamentares também, porque vão entregar serviços à população e vão forçar o Governo central e os estaduais a entregarem à população os serviços que ela deseja. E é isso que o povo quer hoje,

porque, quando se atende clientelisticamente a uma pessoa, se desatende a dez. É melhor atender a cinco através de critérios objetivos, do que a um através de um critério de favoritismo que desagrade a outros dez que não foram atendidos.

Então, em cada uma dessas áreas, nós estamos, ao mesmo tempo, mudando o Estado e mudando o modo de gestão. Temos meta e rumo e temos certeza de que, no decorrer desses anos, realizados esses objetivos, nós vamos entregar a quem nos suceda um Brasil melhor, melhor para os brasileiros.

E isso se conseguirá com a colaboração de todos. Quero reafirmar, diante dos líderes dos vários partidos, que o Governo precisa do apoio de todos os partidos, e, se os partidos que estão em oposição desejarem trabalhar num tópico ou noutro, ou nos tópicos que quiserem, o Presidente da República estará sempre aberto ao diálogo com eles, sem nenhuma exigência de contrapartidas, com uma só exigência: que tenham amor pelo Brasil e que nós nos entendamos com base nesse amor pelo País, e não com base em retaliações, retrações ou o que seja.

Nós precisamos da nossa união. E o Congresso deu um exemplo ao Brasil de que foi capaz de entender por onde andavam as angústias do País – e vai continuar dando esse exemplo. Nós não vamos nos deixar engolfar por questões menores. A nossa união tem que ser em torno de objetivos, e quem mais se destacar na realização desses objetivos mais respeito terá do País. Quanto mais partidos apóiem, e os que me apóiam, quanto com mais ardor apoiarem, não a mim, mas ao País, a um programa, criticando também para melhorar, mais esses partidos serão beneficiados. Não se beneficiarão na disputa vã, que irrita o povo, mas, isso, sim, na aposta positiva, concreta, de que o Brasil é um país que não é só do futuro, já é do presente.

Espero que o Ministro Serra nos convença mais ainda de que já é do presente. E, como o Ministro Malan está ao lado dele, palavra de Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, junto com o selo do Presidente da República, se não der certo, meu Deus, o que dará então? Com a palavra, o Ministro Serra.